



1 REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04 DE ABRIL DE 2.017.

2 ATA Nº 03/2.017 - Aos quatro dias, do mês de abril, do ano de dois mil e
3 dezessete, às nove horas e quinze minutos, na sala de reuniões da sede da
4 Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Alagoas, situada na Av.
5 General Luiz de França Albuquerque, 7100-AL-101 – Jacarecica, nesta
6 cidade, compareceram ao nosso encontro os seguintes membros: Srs. José
7 Carlos Castro(MPE), Nelton Martins Yin Filho(CGU), Adriano Carvalho
8 Bezerra de Brito (AGU), Marcelo Jatobá Lôbo(MPF), Pedro Guido da
9 Silva (ISV), Rodrigo Borges Fontan(SMCI), Anthony Lima(OAB), Sergio
10 Studart(CGU), Ricardo Rodrigues(SINDJORNAL), Gustavo Henrique
11 Albuquerque Santos(MPC), Rodrigo Siqueira Cavalcante(MPC), Jayme
12 Canuto(OAB/AL), Fábio Soares Gomes (IFAL), Fernando Teles de Farias e
13 Sras. Valéria Bezerra(RFB), Lorena de Medeiros(APROMAL), Adriana
14 Andrade Araújo(CGE/AL), Lailla Brito(PJU), Helenice Balbino
15 Silva(SINTEAL) e Nadja Lúcia Oliveira Peixoto(UNEAL). **Item 1 da**
16 **Pauta: Aprovação Ata da reunião anterior** - Por tradição o Sr.
17 Coordenador agradeceu ao representante da OAB/AL no FOCCO, Sr.
18 Anthony Lima, a cessão de suas instalações para a realização de nosso
19 encontro, ao tempo em que o convidou a fazer parte da mesa, registrando,
20 também, sua efetiva participação em nossas discussões temáticas. Em
21 seguida, obedecendo a sequência da pauta, submeteu a aprovação dos
22 presentes a Ata de nossa última reunião de 7 de março último, sendo esta
23 aprovada, sem ressalvas, por unanimidade. **Item 2 da Pauta:**
24 **Apresentação do DETRAN/AL, sobre avanços no órgão** - De início, o
25 Presidente da Instituição, Dr. Antônio Carlos Gouveia, ao tempo em que
26 disse da satisfação de estar presente em nosso encontro, fez referência as
27 suas atividades aqui exercidas, enquanto representante da OAB/AL neste
28 Fórum. Logo depois, formalizou a apresentação dos membros de sua
29 equipe, e enalteceu as diversas colaborações por ele recebidas de nossos
30 órgãos de controle. Ato contínuo, passou a palavra aos Srs. Adailson
31 Gomes e Ligia Tenório, da Assessoria de Governança e Transparência do
32 órgão responsável pelo planejamento, coordenação, fiscalização, controle e
33 execução da política de trânsito no Estado, que afirmaram ser o objetivo
34 daquela área, mapear os diversos processos com todos os setores da
35 autarquia, com o objetivo de colaborar com a implantação da gestão de
36 qualidade no órgão. Dando sequência, coube ao Sr. Antônio Alberto
37 Monteiro realizar sua apresentação sobre o Pano de Segurança Viária para
38 Motociclistas(PSVM), uma proposta para a redução dos índices de
39 acidentes de trânsito desse segmento, em parceria com a Superintendência
40 Municipal de Transporte e Trânsito(SMTT), tendo como meta a redução do
41 número de acidentes de trânsito com a categoria, por meio de ações



42integradas de educação, engenharia de tráfego e fiscalização. Em seguida, o
43Ten. Emanuel Costa abordou sobre as diversas ações educativas de
44divulgação e conscientização da população sobre a aplicação da Lei Seca
45no Estado, através de procedimentos realizados em semáforos, bares e
46restaurantes, com blimps, participação de artistas chamando a atenção para
47os perigos de bebida e direção e, ainda, distribuição de materiais
48educativos. As operações da Lei Seca têm como seus objetivos o de coibir
49crimes como dirigir embriagado, veículos e condutores com documentação
50atrasada circulando nas vias e captura de foragidos, entre outros, concluiu
51ele, afirmando que em 5(cinco) anos, desde sua implantação, através de
52testes de alcoolemia realizados, foram retirados de circulação cerca de
532.049 condutores; registrando, ainda, uma redução de, aproximadamente,
542.614 vítimas a menos e uma reprimida, por consequência, no número de
55óbitos no Hospital Geral do Estado. A seguir foi apresentado o mapa
56estratégico da autarquia e os dados abertos, ações estas disponibilizadas no
57site do DETRAN/AL, através do qual toda a população pode ter acesso
58sobre informações referentes ao número de servidores e ao total de serviços
59ofertados. Ainda sobre o tema, o Dr. Antônio Carlos Gouveia disse que
60após 11 anos da existência da LRF, foi sancionada a Lei de Acesso à
61Informação nº 12.527 e que, através deste instrumento de transparência da
62gestão fiscal, vem disponibilizando à sociedade a prestação de contas da
63execução orçamentária do órgão por ele dirigido. O Presidente do
64DETRAN /AL falou, ainda, sobre o problema do projeto de lei que institui
65a habilitação social, afirmando tratar-se de um programa que provocará
66sério impacto às contas do estado, além de trazer despesas ao
67Departamento Estadual de Trânsito que não estavam previstas. Disse, por
68fim, que reconhece os bons propósitos do projeto, mas que, infelizmente,
69afronta artigos da constituição estadual. Posteriormente, aconteceu a
70entrega do livro de prestação de contas sobre a situação fiscal do órgão em
712.016, com o ilustre Presidente declarando, já ao termino de sua
72manifestação, que o DETRAN/AL apresenta avanços na atual gestão, com
73um trabalho voltado para a transparência, visando construir um ambiente
74seguro para seus usuários e servidores. Ato contínuo, o Sr. Coordenador ao
75tempo em que agradeceu a presença do Dr. Antônio Carlos e de sua equipe,
76altamente qualificada, à nossa reunião, elogiou o trabalho, hoje,
77desenvolvido pela autarquia. **Item 3 da Pauta: Proposta regulamentação**
78**transporte escolar em Alagoas** - O Sr. José Carlos passou a palavra ao
79representante da Controladoria Geral da União, a quem coube a missão de
80expor aos presentes , em particular ao Sr. Presidente do DETRAN/AL,
81nossa proposta para regulamentação do transporte escolar no estado. O Sr.
82Nelton Martins, antes de sua apresentação, exaltou, também, a exposição



83de toda a equipe do DETRAN/AL. Em seguida, iniciou seu relato cujo teor
84se fundamentou no que já afirmara em nossa reunião anterior, o Sr. Lúcio
85Oliveira, também, da CGU, sobre os registros incluídos no relatório do
86Processo de Fiscalização dos Entes Federativos, referente ao Programa
87Nacional de Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica – PNATE,
88quando foram constatados uma atuação deficiente do Conselho no
89acompanhamento da execução; a utilização de veículos inadequados e
90pagamentos realizados sem a devida comprovação documental. Fez
91referência, ainda, à Portaria do Estado de Pernambuco que regulamenta o
92credenciamento do transporte escolar e que assegura a igualdade de
93condições para o acesso e permanência dos alunos nas escolas. Logo
94depois, exibiu uma minuta sobre o problema, a ser submetida
95posteriormente ao FOCCO, para aprovação, com o objetivo de realizar as
96devidas correções apontadas no relatório do PNATE. Em seguida, o Sr.
97Coordenador reconheceu os problemas apontados pela CGU, citando,
98inclusive, o recente acidente ocorrido em S. Sebastião com dois ônibus
99escolares: um de Junqueiro, outro de Teotônio Vilela. Sobre o tema, o Sr.
100Presidente do DETRAN/AL disse apoiar referida medida, com o objetivo
101de maximizar a operacionalização da atividade e como resultante acredita
102que irá construir um plano conjunto de controle para os transportes
103escolares e que disponibilize para os estudantes a segurança que eles
104necessitam. Para tanto, foi sugerida uma reunião, já na próxima semana,
105com as presenças do SINTEAL e da Superintendência Municipal de
106Transporte e Trânsito - SMTT. O Sr. J. Carlos disse, por fim, que o
107DETRAN/AL irá contar com nossa participação efetiva no projeto e para
108isto, convidou o SINTEAL e instituições de controle do FOCCO para
109participarem de um encontro com aquele órgão de trânsito, já na próxima
110semana. **Item 4 da Pauta: Visita ao TCE – Definição** – A data continua
111em aberto por ausência de agenda do Tribunal. Consultado, o Ministério
112Público de Contas afirmou que o TCE havia sugerido uma data após a
113semana santa. O Sr. Coordenador disse da necessidade impreterível desse
114encontro. Já o Sr. Pedro Guido, diante dos problemas que vêm se
115manifestando, voltou a insistir na imposição de uma modificação na forma
116de aquisição de poder, que deverá ocorrer através de uma urgente reforma
117política. A propósito, fez referência, ele ainda, ao Projeto de Emenda à
118Constituição de iniciativa popular entregue ao Congresso Nacional, com o
119numero recorde de 2.500.000(dois milhões e quinhentas mil) assinaturas:
120(Lei de reforma do Congresso 2.013 de emenda à Constituição). **Item 5 da**
121**Pauta: Encaminhamentos das Comissões** - O Sr. Coordenador disse da
122conveniência da instituição e acompanhamento das diversas comissões do
123FOCCO, ao mesmo tempo em que alertou para a indispensável efetividade



124de suas ações: Comissão de Investigação – em desenvolvimento;
125Comissão de Capacitação dos Conselhos – definida: deverá contar com o
126concurso dos Srs. Claudivan Costa, Sérgio Studart, Pedro Guido e Adriano
127Carvalho; Comissão de Capacitação – em andamento, contando, agora,
128com a adesão da UFAL e a retomada de alguns ausentes no exercício
129anterior. **Item 6 da Pauta: Espaço livre / Informes** - O Sr. Anthony
130Lima sugeriu um debate na nossa próxima reunião, sobre as Reformas da
131Previdência e Trabalhista, contando, para isso, com a participação de um
132representante da OAB/AL, expert no tema. O Sr. Ricardo Rodrigues,
133fazendo eco com as palavras do Sr. Pedro Guido anteriormente citadas,
134reforçou a necessidade urgente de uma reforma política. O Sr. Coordenador
135apresentou o Sr. Rodrigo Siqueira, novo representante do Ministério
136Público de Contas, que disse de sua satisfação em participar do grupo,
137colocando-se à disposição do FOCCO. o Sr. Coordenador citou a moção
138encaminhada ao Exmº Sr. Governador do Estado, sugerindo a indicação de
139um membro do MPC para a vaga de conselheiro do TCE, a exemplo da
140definição posterior sobre o assunto, do Supremo Tribunal Federal. O Sr.
141Anthony Lima convidou a todos para participar da audiência pública sobre
142a Reforma Trabalhista, que acontecerá na OAB/AL, no próximo 10 de
143abril. Posteriormente, o Sr. Ricardo Rodrigues denunciou as medidas de
144censura contra 4(quatro) jornalistas alagoanos, os repórteres Davi Soares,
145Odilon Rios, Fernando Araújo e Victor Avner: a situação, afirmou ele, que
146estamos presenciando, realmente, se traduz em um verdadeiro excesso por
147parte do poder judiciário, cuja ação se sobrepõe à Constituição.
148Finalizando, o Sr. Coordenador procedeu a leitura do comunicado do Sr.
149Fernando Teles, justificando seu afastamento do FOCCO. **Item 7 da**
150**Pauta: Considerações Finais – Próxima reunião prevista para 2 de**
151**maio/ Local: a confirmar** – Confirmado nosso próximo encontro, a
152acontecer no SINTEAL, no dia 2 de maio seguinte, regimentalmente, 1ª
153terça-feira do mês. Não havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a
154reunião às 12 horas e 15 minutos. Assinam a Ata os Srs. José Carlos Castro
155– Coordenador e Fernando Teles de Farias – Secretário, juntamente com os
156demais membros presentes.

157

158

159

José Carlos Castro

160

Coordenador

161

162

Fernando Teles de Farias

163

Secretário

164



165	Nelton Martins Yin Filho
166	CGU
167	
168	Adriano Carvalho Bezerra de Brito
169	AGU
170	
171	Marcelo Jatobá Lôbo
172	MPF
173	
174	Pedro Guido da Silva
175	ISV
176	
177	Rodrigo Borges Fontan
178	SMCI
179	
180	Anthony Lima
181	OAB/AL
182	
183	Sergio Studart
184	CGU
185	
186	Ricardo Rodrigues
187	SINDJORNAL
188	
189	Gustavo Henrique Albuquerque Santos
190	MPC
191	
192	Rodrigo Siqueira Cavalcante
193	MPC
194	
195	Jayme Canuto
196	OAB/AL
197	
198	Fábio Soares Gomes
199	IFAL
200	
201	Valéria Bezerra
202	RFB
203	
204	Lorena de Medeiros
205	APROMAL



207	Adriana Andrade Araújo
208	CGE/AL
209	
210	Laila Brito
211	PJU
212	
213	Helenice Balbino Silva
214	SINTEAL
215	
216	Nadja Lúcia Oliveira Peixoto
217	UNEAL